

Aos Grupos Parlamentares

Lisboa, 29 de Maio de 2003

Assunto: Revisão do regime jurídico da adopção

Exm@s. Sr@s,

Tendo conhecimento de que estão agendadas para discussão na Assembleia da República diversas iniciativas legislativas revendo o actual regime jurídico da adopção, entendeu a Associação ILGA Portugal chamar a atenção de V.Exas. para o seguinte:

- o actual regime jurídico da adopção impossibilita que casais homossexuais adoptem, o que configura uma clara discriminação com base na orientação sexual;
- algumas das iniciativas legislativas que irão ser discutidas na Assembleia da República mantêm essa discriminação.

A Associação ILGA Portugal, no prosseguimento dos seus objectivos estatutários, sempre teve como sua reivindicação o fim de todas as formas de discriminação, nomeadamente em função da orientação sexual. Neste sentido, esta associação apoia todas as iniciativas legislativas não discriminatórias e opõe-se aquelas que assumam posições de discriminação em função da orientação sexual.

A Associação ILGA Portugal apela a todos os grupos parlamentares que produzam o entendimento necessário para viabilizar um novo regime jurídico da adopção não discriminatório, pondo-se desde já à disposição de V.Exas, para qualquer esclarecimento que entendam pertinente.

Com os nossos melhores cumprimentos.

P'la Direcção da Associação ILGA Portugal

(Prof. Doutor Manuel Cabral Morais, Presidente da Direcção da Associação ILGA Portugal)